LEANDRO FERREIRA OAB/RJ-158159 APELADO: I.P.FAGUNDES - ARTIGOS DO VESTUÁRIO - EIRELI - EPP ADVOGADO: ISAIAS MOREIRA DE SOUZA OAB/RJ-142734 **Relator: DES. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES** Ementa: Apelação Cível. Consumidor. Dano material e moral. Produto com defeito. Ausência de prova. Aplicação da Súmula 330 do TJRJ.1. A Autora alega que adquiriu uma calça com defeito de fabricação e que a ré se recusou a reembolsar o valor pago.2. A Ré reconheceu, na contestação, a relação de consumo existente entre as partes eis que realizou a venda do produto reclamado para a Autora. No entanto, alega que a Autora não quis deixar o produto na loja para ser avaliado, de forma que não se pôde avaliar se vício do produto era de fabricação. Além disso, a Autora não aceitou a troca por outro produto de igual valor ou ainda a troca por uma calça do mesmo modelo que havia em outra loja. Assim, afirma a Ré que a Autora só aceitava como solução a devolução do valor pago. 3. A sentença julgou improcedentes os pedidos formulados pela Autora, entendendo que a mesma não forneceu o mínimo lastro probatório do alegado na inicial, ônus este que lhe competia. 4. Em que pese a responsabilidade da ré ser objetiva, a autora permanece incumbida de comprovar a ocorrência do fato, do dano e do nexo causal. A responsabilidade objetiva torna desnecessária tão somente a demonstração de culpa, nos termos do art. 373, I, do NCPC.5. Aplicação da Súmula 330 TJRJ, a qual dispõe que os princípios facilitadores da defesa do consumidor em juízo, notadamente o da inversão do ônus da prova, não exoneram o autor do ônus de fazer, a seu encargo, prova mínima do fato constitutivo do alegado direito.6. A relação de consumo deve ser pautada pelos princípios da boa-fé e dever de cooperação do fornecedor para com consumidor e vice-versa. No caso concreto, a autora se recusou a deixar o produto na loja para ser avaliada a possibilidade de conserto do vício alegado, violando assim o seu dever de cooperação e boa-fé.7. Desprovisionamento do recurso. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

032. APELAÇÃO 0006567-10.2012.8.19.0006 Assunto: Seguro / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: BARRA DO PIRAI 1 VARA Ação: 0006567-10.2012.8.19.0006 Protocolo: 3204/2017.00146311 - APELANTE: GERALDO ANTÔNIO DE SOUZA LIMA ADVOGADO: BRUNO ABRITTA VENTURA OAB/RJ-132936 APELADO: TOKIO MARINE SEGURANÇAS S A ADVOGADO: IVAN SANTOS LEAL FILHO OAB/RJ-095791 APELADO: NOVA ADM ADMINISTRACAO ASSESSORIA E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA APELADO: AME CORRETORA DE SEGUROS LTDA ADVOGADO: LUDMILLA VERMAAS DE OLIVEIRA OAB/RJ-116170 **Relator: DES. MARIA LUIZA DE FREITAS CARVALHO** Ementa: Apelação Cível. Seguro de vida em grupo. Invalidez parcial permanente. Indenização securitária. Termos da proposta vinculam o fornecedor. Dano moral. Reforma da sentença.1. Restou incontroverso nos autos que o autor, ora apelante, sofreu invalidez parcial permanente, fazendo jus à indenização securitária. A controvérsia cinge-se ao valor do benefício, que segundo as apeladas deve ser calculado levando-se em consideração a extensão da lesão suportada.2. Da análise dos documentos que instruem a inicial, especialmente da proposta de fls. 28 (pasta 17, do indexador), consta que em caso de invalidez permanente total ou parcial por acidente é devida indenização no valor de R\$15.757,00.3. Ora, tratando-se, como no caso, de típica relação de consumo, necessária a observância dos princípios informadores das relações de consumo, dentre os quais avultam os da informação e transparência, que impõem ao fornecedor o dever de prestar informações claras e precisas a respeito do produto ou serviço contratado.4. Com efeito, entre as normas e princípios que buscam proteger o consumidor e equilibrar a relação jurídica havida entre as partes, merece destaque aquele que afirma que as cláusulas contratuais devem ser interpretadas da maneira mais favorável ao consumidor (art. 47, do CDC c/c art. 423 do Código Civil).O princípio da boa-fé objetiva, que está ligado à interpretação dos contratos, ensina que o juiz deve analisar o negócio jurídico de forma global para verificar se, de alguma forma, deliberada ou não, uma das partes teve sua expectativa frustrada, pelo abuso da confiança por ela depositada.5. Outrossim, nos termos do artigo 48 do CDC, as declarações de vontade constantes em pré-contrato vinculam o fornecedor, ensejando inclusive execução específica, nos termos do art. 84 e parágrafos.6. Sendo assim, como no momento da contratação o consumidor foi informado de que faria jus ao recebimento de indenização no valor de R\$15.757,00 em caso de invalidez, não havendo qualquer informação clara acerca de limitação do direito de acordo com a extensão da lesão, merece prosperar a sua pretensão de obter a integralidade do benefício.7. Por certo, para que a referida cláusula estabelecesse o limite indenizatório em caso de invalidez parcial permanente, seria preciso que essa exclusão e delimitação viessem explícitas, e ainda grifadas do destaque determinado pelo art. 54, § 4º, do Código de Defesa do Consumidor, o que não ocorreu.8. Finalmente, no que se refere ao dano moral, a insistente negativa, até agora, suprimiu da parte autora a fruição do direito ao recebimento da indenização, fato que não pode ser considerado de somenos importância, especialmente diante do caráter protetivo que a indenização securitária goza, aliado à condição de fragilidade que a invalidez impôs ao autor.9. Nestas circunstâncias, julgo que a recusa não pode cair na vala comum do mero inadimplemento contratual, mesmo porque revela comportamento que resvala a má-fé e, destarte, atinge os direitos da personalidade. Quantum arbitrado em R\$3.000,00.10. Provimento do recurso. Conclusões: Retificada a minuta da Sessão de Julgamento do dia 20/06/2018 para constar que o Des. Marcos Alcino de Azevedo Torres dava provimento ao recurso. Em continuação ao julgamento, votou a Des. Tereza Cristina S. B. Sampaio acompanhando a divergência. Aplicou-se o artigo 942 §1º do CPC/15. Votaram os Des. João Batista Damasceno e Maria Luiza de Freitas Carvalho acompanhando a divergência. Resultado final: Por maioria, deu-se provimento ao recurso.

033. APELAÇÃO 0006788-44.2016.8.19.0073 Assunto: Medicamentos - Outros / Fornecimento de Medicamentos / Saúde / Serviços / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: GUAPIMIRIM 2 VARA Ação: 0006788-44.2016.8.19.0073 Protocolo: 3204/2018.00263126 - APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO ADVOGADO: RENATO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA OAB/RJ-097634 APELADO: MARILDA CHARLES DA SILVA ADVOGADO: DEFENSORIA PUBLICA OAB/DP-000004 APELADO: MUNICIPIO DE GUAPIMIRIM ADVOGADO: ITA MEDEIROS LOPES OAB/RJ-196324 **Relator: DES. MARIA LUIZA DE FREITAS CARVALHO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. Aresto recorrido que, ao concluir pelo deferimento do pedido, assim o fez com expressa fundamentação no direito fundamental à saúde, constitucionalmente garantido a todos, salientando que a questão foi objeto de controvérsia jurisprudencial nessa Corte e no STJ, que pacificou o entendimento quando do julgamento do recurso repetitivo no sentido de que o fornecimento de tratamento médico é de responsabilidade solidária dos entes federados, os quais podem ser demandados judicialmente de forma isolada ou conjunta. Vê-se, ainda, que o acórdão se manifestou expressamente acerca da suposta violação dos art. 19-M, I, 19-P, 19-Q e 19-R da Lei nº 8.080/90, salientando que a tese do ora embargante de que há substituto terapêutico para o tratamento da doença que acomete o autor não merece acolhida, vez que não restou comprovado que tal substituição teria a mesma eficácia do tratamento indicado pelos médicos especialistas. Curial o descontentamento do embargante com o resultado do julgamento, não sendo o recurso de embargos de declaração a via adequada para manifestar o mero inconformismo com o julgado. RECURSO DESPROVIDO Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Des. Relator.

034. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0007453-17.2018.8.19.0000 Assunto: Despejo Por Infração Contratual / Locação de Imóvel / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: NILOPOLIS 2 VARA CIVEL Ação: 0010442-19.2017.8.19.0036 Protocolo: 3204/2018.00072969 - AGTE: BAR E RESTAURANTE MARACANÃ LTDA ME ADVOGADO: